



PROJETO EXEMPLAR  
**As peças  
únicas  
do último  
oleiro**

página 06



SÃO MATEUS, GRACIOSA  
**Acessibilidades  
e digital  
como resposta  
ao desafio  
demográfico**

página 03



ASSOCIAÇÃO DE  
DESENVOLVIMENTO REGIONAL

**GRATER** – ASSOCIAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL

# OLHAR O MUNDO RURAL

N.º 62 . outubro/2025 • [grater@grater.pt](mailto:grater@grater.pt) • [www.grater.pt](http://www.grater.pt) • [www.facebook.com/grater.pt](https://www.facebook.com/grater.pt) • distribuição gratuita

ESTE SUPLEMENTO INTEGRA O JORNAL DIÁRIO INSULAR E NÃO PODE SER VENDIDO SEPARADAMENTE



PRORURAL+



MAR 2030



GOVERNO DOS AÇORES



PORTUGAL 2030



Cofinanciado pela União Europeia



**FILOMENA BORBA, EMBAIXADORA DA ALIANÇA ODS PORTUGAL  
PARA ANGRA DO HEROÍSMO**

## OS PEQUENOS PASSOS QUE CONDUZEM À SUSTENTABILIDADE

Foram definidos, em 2015, no seio das Nações Unidas, 17 grandes Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). A embaixadora da Aliança ODS Portugal em Angra do Heroísmo defende que a meta prioritária é o combate às desigualdades. A Educação desempenha um papel decisivo, também nos Açores, onde um dos desafios é a “cristalização” de mentalidades. páginas 04 e 05





**DIEGO AGUIAR**  
Tesoureiro do Conselho  
de Administração da GRATER

## EDITORIAL

### GRATER a mostrar que é SUPER

Enquanto todos esperávamos (e ainda continuamos) pela orientação da Secretaria Regional da Agricultura e Alimentação para iniciarmos a implementação do PEPAC (Plano Estratégico da Política Agrícola Comum), com abertura de avisos, receção de projetos, adaptação à nova plataforma digital, análises e etc, eis que de um momento para o outro, a GRATER teve que entrar em cena como grande protagonista. Numa altura em que todos pensávamos que iria ser um ano mais calmo do que o habitual devido ao prolongar da espera pelo PEPAC, eis que lançamos os avisos 5/2025 (Intervenção 7.4 – Investimento em Serviços Básicos Locais) e 6/2025 (Intervenção 7.6 – Investimentos Associados ao Património Cultural e Natural e Ações de Sensibilização Ambiental), ainda no âmbito do PRORURAL, com uma dotação a rondar os 3.900.000€ de despesa pública, com o objetivo de reforçar redes de equipamentos, de forma às autarquias locais e entidades ligadas à atividade em proteção civil e associações de bombeiros poderem dar uma resposta melhor à população em caso de catástrofes, por exemplo.

As autarquias locais e outras entidades sem fins lucrativos ainda tiveram a possibilidade de adquirir máquinas e equipamentos para dar uma melhor resposta à sua população, por exemplo na limpeza de espaços verdes, na aquisição de instrumentos musicais por filarmónicas, vestuários, etc. De fato, testemunhei meses de trabalho árduo, muito empenho e responsabilidade, na análise de centenas de candidaturas que deram entrada quase de um momento para outro, sendo que o prazo temporal para essas análises era muito curto. Foi uma corrida contra o tempo. E ainda continua a ser. Foi preciso uma excelente organização interna para que tudo corresse bem e com a competência que nos é característica.

Desta forma, é com grande satisfação que afirmo que quase todas as Juntas de Freguesia do nosso território de ação, Câmaras Municipais, e muitas entidades do setor não lucrativo, submeteram as suas candidaturas e foram/serão beneficiadas com novas máquinas, equipamentos e outros insumos, indispensáveis para o bom funcionamento dessas entidades no apoio ao seu público-alvo.

Cerca de 1,106 Milhões já foram recebidos por essas entidades. Outra grande parte dos pedidos de apoio já foram analisados, executados, e apenas a espera dos respetivos pagamentos pela entidade pública (cerca de 668.523€ serão liquidados muito em breve).

Portanto é com grande orgulho que afirmo que tivemos um papel muito relevante no apoio às entidades que atuam diariamente com a população e que também precisam de apoio. E tão gratificante que é poder afirmar isso no ano em que a GRATER comemora 30 anos.

Continuamos, apesar de todas as dificuldades, a ajudar a nossa população a prosperar e a ter melhores condições de vida. Fica o compromisso de continuarmos o nosso trabalho, sendo os próximos passos a finalização destas duas intervenções e a implementação da nova estratégia no âmbito do PEPAC com a abertura de avisos. Espero ansiosamente que possamos ter novidades em breve para divulgar.

# OPINIÃO

## Instituto da Vinha e do Vinho dos Açores, IPRA



**CLÁUDIO LOPES**  
Presidente do Conselho Diretivo do IVV Açores, IPRA

Criado legalmente através do DLR n.º 6/2022/A, de 22 de março, alterado pelo DLR n.º 5/2025/A, de 20 de janeiro, o Instituto da Vinha e do Vinho dos Açores, IPRA, abreviadamente designado por IVV Açores, IPRA, através do DRR n.º 11/2025/A, de 12 de março, ficou com os seus Estatutos e respetivo quadro de pessoal dirigente e de chefia aprovados, bem como pelas alterações introduzidas ao DRR n.º 1/2025/A, de 6 de janeiro, apto a iniciar a sua instalação e a implementar o seu funcionamento.

### Tem por missão:

Contribuir para a definição, coordenação e execução da política de valorização e preservação do setor vitivinícola regional, em toda a sua fileira, assegurando a genuinidade e autenticidade dos vinhos e produtos vitivinícolas produzidos na Região Autónoma dos Açores, colaborando na sua divulgação e promoção; Prestar um serviço público de excelência que possa contribuir para a dignificação de todos os intervenientes no processo e na valorização e prestígio da imagem dos vinhos e outros produtos vitivinícolas, produzidos na Região Autónoma dos Açores;

Contribuir para o crescimento sustentado do setor vitivinícola regional, com projeção nacional e internacional, inovador e próximo dos clientes;

### Estrutura Orgânica:

Com uma estrutura orgânica muito simplificada e pouco hierarquizada, o Instituto integra dois Serviços essenciais, o Departamento de Controlo e Certificação e o Departamento de Apoio Técnico, Informação e Mercados, para além da Secção Administrativa e Financeira.

O Departamento de Controlo e Certificação, entre outras, terá como atribuições principais:

- Proceder ao cadastro, classificação e homologação das vinhas destinadas a produzirem vinhos DO ou IG, bem como ao cadastro e classificação das restantes vinhas localizadas na Região Autónoma dos Açores;
- Gerir e controlar o regime de autorizações para plantações de vinhas na RAA;
- Emitir certificados de origem e certificar os documentos de acompanhamento, ou outros necessários à comercialização dos produtos vitivinícolas, incluindo as bebidas espirituosas de origem vínica, com, ou sem, DO ou IG, produ-

zidos e, ou, engarrafados na RAA;

- Aprovar, controlar e assegurar o fornecimento dos selos de garantia e cápsulas-selo, necessários à comercialização dos produtos do setor vitivinícola com DO ou IG, na RAA, bem como de estampilhas especiais para as bebidas espirituosas de origem vínica, produzidas e, ou, engarrafadas na RAA e, quando necessário, às já engarrafadas, procedentes do exterior da RAA;

- Aprovar o uso de todas as marcas, rotulagens e embalagens destinadas aos produtos do setor vitivinícola, incluindo as bebidas espirituosas de origem vínica, produzidos e, ou, engarrafados na RAA;

- Orientar as atividades do Laboratório Regional de Enologia;

O Departamento de Apoio Técnico, Informação e Mercados, entre outras, terá como principais atribuições:

- Promover o fomento, a proteção e a melhoria da produção vitícola regional,

- Promover a recuperação do património genético vitícola regional e tradicional;

- Estudar as boas práticas agrícolas associadas à vinha, divulgando-as, de forma sistemática, junto dos agricultores/viticultores, incentivando a sua aplicação;

- Proceder a estudos e prospeções de mercados, detetar oportunidades de negócio, observar o comportamento da concorrência e identificar canais de comercialização e de distribuição nacionais e internacionais para os produtos do setor vitivinícola regional, em particular para os produtos certificados;

- Conceber e executar iniciativas e atividades de promoção, publicidade e marketing dos produtos do setor vitivinícola regional, em particular dos produtos certificados, na RAA, no país e no estrangeiro;

- Dinamizar e colaborar em eventos temáticos que promovam o setor vitivinícola regional, quer na vertente produtiva quer na vertente comercial;

### Estratégia global:

Pretende-se dar continuidade à defesa da qualidade e da genuinidade dos vinhos produzidos na Região, através da sua certificação, controlo e fiscalização. Fomentar a sua valorização e impulsionar a sua promoção. Contribuir para uma melhor literacia em toda a fileira do setor, de modo transversal. Proteger as três Regiões com Denominação de Origem («Biscoitos», «Graciosa» e «Pico») e a Região com Indicação Geográfica «Açores». Promover a valorização do património genético - castas autóctones e o resgate das castas tradicionais cultivadas nos Açores. Dar continuidade à execução do cadastro vitícola regional. Ampliar a resposta pública ao nível das análises laboratoriais, garantindo a fiabilidade e qualidade dessa mesma resposta. Propor a atualização, o aperfeiçoamento e a criação de legislação que possa contribuir para a melhoria da resiliência do setor. Colaborar com o setor no estudo dos Mercados, ajudando na sua promoção e internacionalização. Considerar o Enoturismo como instrumento importante da sustentabilidade do setor.

# ESPAÇO ASSOCIADO

## FREGUESIA DE SÃO MATEUS, GRACIOSA Vencer o desafio demográfico

Na freguesia de São Mateus morou muito do desenvolvimento da Graciosa ao longo dos séculos. A perda de população exige agora uma ação concertada dos diversos níveis de poder e respostas nas acessibilidades, defende o presidente da Junta.

Também conhecida como vila da Praia, a freguesia de São Mateus, na Graciosa, tem uma história que atravessa séculos. Foi elevada à categoria de vila por Carta Régia de João III, emitida em Almeirim no dia 1 de abril de 1546, e chegou a ser sede de concelho. “Historicamente, desenvolveu-se em torno do seu ancoradouro, que sempre ofereceu as melhores condições de operação. No século XX e até à década de 1970, a freguesia viveu um crescimento económico significativo, impulsionado pelo empreendedorismo local nas áreas da pesca, indústria conserveira, fabrico de telhas e agricultura”, recorda Manuel José Ramos, presidente da Junta de Freguesia.

Essa vitalidade foi-se esbatendo com o passar do tempo e atualmente o grande desafio é a perda populacional, que acelerou na última década. “Diversos fatores têm contribuído para esse despovoamento, incluindo uma população envelhecida, a falta de políticas adequadas que incentivem a fixação de jovens e a dupla insularidade, o que tem provocado o êxodo dos mais novos em busca de formação académica e melhores condições de vida em outras regiões”, descreve o autarca.

Explica que essa “batalha” devia justificar uma ação concertada entre os diversos níveis de poder – local, regional e nacional- e refere um efeito dominó, à medida que decresce a população. “O mercado interno encolhe, o comércio tradicional perde viabilidade e o potencial de investimento diminui. Neste contexto, a aposta no turismo – frequentemente vista como uma solução – ainda não



se consolidou como um caso de sucesso na ilha”, lamenta.

A principal barreira reside na acessibilidade. “Quebrar este ciclo exige uma estratégia dupla e urgente: por um lado, implementar políticas específicas de fixação de população jovem e de aumento do poder de compra; por outro, resolver o problema crónico da acessibilidade, que é um travão ao desenvolvimento económico e, em particular, ao setor do Turismo”, acrescenta.

A Junta continua a fazer o que está ao seu alcance, como a reabilitação do património da freguesia, a limpeza ou a instalação de mobiliário urbano na Praia (zona balnear).

### Turismo: Entre a promessa e os problemas

O Ilhéu da Praia, integrado no Parque Natural, a Caldeira da Graciosa, com a emblemática Furna do Enxofre e a Praia de São Mateus são alguns dos principais pontos turísticos da Graciosa, localizados precisamente na freguesia de São Mateus.

“Complementa esta oferta um magnífico conjunto arquitetónico que se estende ao longo da orla costeira, incluindo diversas casas solarengas que, infelizmente, revelam já algum estado de degradação em alguns casos”, destaca o presidente da Junta, que vê muito potencial no setor do Turismo, mas longe de ser completamente aproveitado.

“A dupla insularidade e as dificul-

dades de acesso à ilha, nomeadamente a falta de uma ligação aérea eficiente e com custos acessíveis, constituem barreiras difíceis de transpor. A isto soma-se uma promoção do destino considerada insuficiente, que não tem conseguido projetar a freguesia e a ilha de forma consistente nos mercados emissores”, aponta.

O autarca considera a situação desmotivadora para quem quer investir. “A sazonalidade acentuada e a falta de perspetivas seguras de retorno desincentivam o investimento privado não só no alojamento, mas também nos setores da restauração e animação turística”, reflete.

Também o comércio tradicional na Graciosa, afirma Manuel José Ramos, enfrenta um claro declínio, uma vez mais moldado pela quebra demográfica, mas também pela concorrência do comércio online.

Porém, também há uma oportunidade no digital. “Para travar o declínio populacional e fixar os jovens, é essencial uma estratégia dupla que combine incentivos fiscais com a promoção do teletrabalho. A criação de um regime fiscal específico para a ilha – por exemplo, com benefícios no IRS e IRC para residentes e microempresas – aumentaria o poder de compra e atrairia profissionais digitais. Paralelamente, é fundamental potencializar o trabalho remoto, garantindo uma conectividade robusta e fomentando competências digitais”, sustenta.

“Esta abordagem cria um ciclo virtuoso: um poder de compra revitalizado beneficia o comércio local, enquanto as oportunidades de teletrabalho oferecem aos jovens uma carreira viável na ilha. O comércio pode, então, reinventar-se focando no que é único: um atendimento personalizado e a venda de produtos de qualidade como o queijo, as queijadas da Graciosa e o artesanato, cuja comercialização pode ser ainda mais potenciada através do próprio online”, vinca.

O desenvolvimento local também pode chegar através de parcerias com entidades como a GRATER. Na qualidade de associada, a Junta de Freguesia de São Mateus já desenvolveu vários projetos concretos nesse âmbito, que representaram uma melhoria significativa para a comunidade, como a Requalificação do Património da Água; São Mateus Mais Resiliente; São Mateus Mais Cuidada; Inova Tradição – Atelier de Bordado e a promoção de eventos culturais sustentáveis.

“Estes projetos, que totalizam um investimento na ordem dos noventa mil euros, não seriam possíveis sem a parceria estratégica e o apoio técnico da GRATER. Esta colaboração tem sido, portanto, não só muito positiva, mas essencial para materializar investimentos que fortalecem a economia local, preservam o património e melhoram a qualidade de vida dos cidadãos”, assegura Manuel José Ramos.

# ENTREVISTA

FILOMENA BORBA, EMBAIXADORA DA ALIANÇA ODS PORTUGAL PARA ANGRA DO HEROÍSMO

## “O objetivo mais importante é o combate às desigualdades”



Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) são um conjunto de 17 metas globais adotadas pelos países-membros da ONU em 2015. Em Angra do Heroísmo, a embaixadora é Filomena Borba, que explica como pequenos passos podem transformar até as zonas mais desfavorecidas do arquipélago.

### Como surgiu o seu envolvimento com os ODS?

Vivi 43 anos em Lisboa. Quando trabalhava no ISCAL (Instituto Superior de Contabilidade e Administração), era coordenadora da biblioteca e interessei-me pelos ODS e pela Agenda 2030. Queria saber o que mais se podia fazer a nível universitário, que atividades podiam ser promovidas... Realizámos várias iniciativas, como “Um ODS por Mês”. Abordámos todos os objetivos, em colaboração com outras universidades portuguesas e estrangeiras, não só da Europa, mas também do Brasil. O ISCAL é atualmente uma Eco Escola e já

conquistou cinco bandeiras verdes. Tínhamos um conselho de Eco Escolas, do qual sou membro honorário. Quando me mudei para os Açores, fui convidada pela Aliança ODS Portugal para ser embaixadora em Angra do Heroísmo. Os Açores têm uma riqueza que pode ser muito bem aproveitada, saibamos ter realmente capacidade para geri-la em todos os aspetos, não só ao nível do Mar, mas também do Clima, das Energias Renováveis. Há ilhas que são autossuficientes, como a vizinha Graciosa. É interessante ver como se pode aproveitar e rentabilizar tudo isso. Também temos a terra, que é rica, desde

que seja bem utilizada, sem a esgotarmos.

### O que são os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável?

Os países-membros da ONU reuniram-se para definir uma base comum de objetivos acessíveis a todos, não apenas aos países ricos. Foram estabelecidas 179 metas, distribuídas por 17 objetivos que abrangem todas as áreas da atividade humana: terra, mar, floresta, saúde, segurança alimentar, combate à pobreza e às desigualdades, educação... Trata-se também de cultivar hábitos. A reciclagem, por exemplo, vai muito além dos três “R’s”. Está relacionada com os nossos padrões de consumo. Quando compramos uma peça de fruta, por que não levamos um saco de pano de casa, em vez de comprarmos um saco de papel ou de plástico, que vamos reciclar ou deitar para o lixo? É também uma questão de reciclar mentali-

dades e isso passa pela Educação. Os ODS incluem parcerias para o desenvolvimento, paz e justiça. Costumo dizer que o objetivo mais importante é o décimo, o combate às desigualdades. A partir do momento em que conseguimos atingir esse objetivo, os outros começam a cumprir-se naturalmente. Uma criança com acesso à educação, um idoso com acesso à saúde ao menor custo possível, uma mulher que já não precisa de caminhar 10 km para buscar água potável em África, tudo isso contribui para reduzir desigualdades. Os ODS foram definidos em 2015, após a Agenda do Milénio, como forma de evitar que percamos a batalha contra aquilo que muitos não acreditam que existe, como as alterações climáticas. Cada um acredita no que quiser, mas desigualdades, guerra, fome e pobreza existem. Depois, os ODS ligam-se entre si. Para ter educação de qualidade, é preciso

acesso à alimentação saudável, saúde e transportes. Em Angra do Heroísmo, por exemplo, temos uma cidade com pouca mobilidade. Em Lisboa há metro e autocarros pelo menos até à uma da manhã, há táxis... Aqui, não. Muitas pessoas sentem-se obrigadas a comprar um carro e isso é uma falha.

**Os Açores surgem sempre como a região mais pobre ou entre as mais pobres do país. Como encara essa questão?**

Tenho uma irmã que fica muito zangada com essas notícias. A Terceira, por exemplo, é um microcosmos. Sou do Porto Judeu. Quando saí de lá, não havia raparigas a tocar na filarmónica. No máximo, a filha do maestro tocava uns pratinhos. Hoje vejo tantas jovens. Foi uma mudança extraordinária. Temos pessoas de grande qualidade. A Terceira sempre teve história, teatro, literatura, cultura. Quando digo que a minha irmã fica zangada, ela está-se a esquecer de outro microcosmos, que se chama Rabo de Peixe, na ilha mais populosa e onde existem mais desigualdades. Nessas zonas, é uma luta constante, em que as pessoas estão muitas vezes num círculo vicioso. Se não sairmos desse círculo, vamos repeti-lo. É o que vimos os nossos pais fazerem, o meio onde nascemos parece-nos natural. Mas temos bons alunos em muitas áreas. Nos Açores sempre houve pessoas intelectualmente muito válidas, não é por acaso que temos grandes escritores. Há, no entanto, cristalização de hábitos e mentalidades. A pessoa acha que não vale a pena, por exemplo, estudar, que vai trabalhar para ali porque o pai fez aquilo. O pai fez aquilo, mas ela pode ser mais.. As pessoas têm de ser ambiciosas. O terceirense é pouco ambicioso, mas talvez seja o mais desenrascado. É muito português, muito desenrasca. Inventamos coisas e depois deixamo-nos levar. Mas temos capacidade.

**Como podemos aproveitar essa capacidade, sobretudo nas zonas mais pobres?**

A Educação é fundamental, e estamos a caminhar nesse sentido. É preciso acreditar nos jovens. Aliás, acho que os jovens já pensam assim. Quando cheguei e vi jovens nas filarmónicas, percebi que há qualidade, não apenas quantidade. Fiquei feliz ao saber



de uma jovem que estuda música numa universidade na Suíça, com grande expertise. Já vamos mais além. Quem toca música assim, como se vê nas nossas filarmónicas, não é burro. Música e matemática andam de mãos dadas. Pode é estar mal direcionado. As mentalidades têm de mudar, não nos jovens, mas na sociedade, que tem de acreditar neles. Eles sabem o que querem, não estão dispostos a aturar o que os nossos pais aturaram ou mesmo nós próprios. Sabem que têm outras saídas, e isso é importante. Se não os aproveitarmos — e isso acontece em todo o país — alguém no estrangeiro vai buscá-los. É assim que perdemos talento. Esses jovens precisam de ficar cá, para criar uma mentalidade ambiciosa, não a qualquer custo, mas no sentido de uma comunidade melhor.

**Como se educa para a sustentabilidade?**

Não há planeta B, só nos filmes de ficção científica. As pessoas devem tomar consciência de que cada pequeno gesto conta. As novas gerações, as crianças nas escolas primárias, já estão sensibilizadas. Há 40 anos, se eu deitasse um papel no chão, ninguém dizia nada. Hoje, todos olham. Educa-se pelo exemplo, mostrando que é possível fazer diferente. E é preciso chamá-los para que sejam a voz dessa mudança. Gostava de

implementar um projeto-piloto em todas as escolas do concelho de Angra — ou da ilha — com grupos de jovens que fossem embaixadores dos ODS. Que escolhessem um objetivo e trabalhassem sobre ele, sem pressão. O que acham mais importante? Limpar a costa, fazer voluntariado num lar de idosos, organizar uma caminhada com crianças? Trabalhar na comunidade é essencial. Pode-se ajudar alguém com menos condições, ir lá a casa e pintar uma janela, uma porta. Os jovens são muito generosos quando apelamos a eles. No ISCAL, organizei uma feira solidária com livros, tipo leilão. Cada lance era de um euro. Os jovens pediam cinco livros, deixavam cinco euros e não levavam nada. Ou deixavam cinco ou dez euros sem querer nada. Pegámos naquele dinheiro e fomos levar a uma instituição de um bairro degradado, que tinha um infantário. Quando levámos os livros, a primeira coisa que nos perguntaram foi se eram livros para crianças. Como é possível, nos dias de hoje, uma das coisas que fazem falta ser um livro para uma criança? Fui rica, porque o meu pai trazia-me livros, mas sei que muito não os tiveram. Num bairro social dos mais degradados, a coisa que eles mais valorizaram foi ter livros para as crianças, para elas lerem. É assim que se muda, com a Educação, que reduz a desigualdade.

**Que papel podem ter associações como a GRATER no cumprimento dos ODS?**

Falei em ajudar a pintar a casa de uma pessoa. Um dos grandes problemas é a habitação. Não é que falem espaços, estes existem e por vezes são públicos e até da própria pessoa, que não tem meios para construir. A cultura Amish dá um exemplo, em que toda a comunidade participa a construir um celeiro num só dia. É importante termos projetos que coloquem a própria comunidade a ajudar-se. Pode ser um projeto em que não é dada a mão-de-obra, mas o material. Estas instituições podem agir junto das comunidades, assim como associações de jovens podem fazer esse tipo de ações de voluntariado. Não têm de ser projetos megalómanos. São pequenos passos que ficam nas pessoas. Há um exemplo, algo em que hoje toda a gente gosta de participar, mas que começou com umas 20 crianças, que é o Parlamento Jovem. Foram só jovens do Porto e de Lisboa. Não me esqueço de os ver, todos bem vestidos e preparados. Foi nos anos 90 e hoje está no país todo, até o Parlamento Regional o faz. São pequenos passos, que começam como experiências e que evoluem. No fundo, somos nós próprios o exemplo. Pode ser a tal casinha pequenina, em que é preciso pintar duas janelas, mas as janelas ficam pintadas.

**RICARDO SIMAS, OLARIA EM SÃO BENTO**

## O último oleiro

Aos 18 anos, Ricardo Simas planeava uma vida simples. Tinha passado os verões a trabalhar e sabia que os negócios por conta própria são feitos de sacrifícios. Naquela idade, ambicionava as coisas descomplicadas, mas o destino tinha sido traçado anos antes, na olaria em São Bento, onde passava os dias quentes a ver laborar as mãos do tio e a ajudá-lo também.

Nesse tempo sem responsabilidades, aventurava-se a moldar peças. Fazia em ponto pequeno aquilo que Álvaro Freitas fazia em ponto grande. E foi aí que, cedo, demonstrou aptidão para o que viria a ser a sua atividade. O tio, que lhe notou as habilidades, ensinava sem maçar, chamava a atenção sem importunar. Ricardo Simas aprendeu a ser oleiro sem se dar conta de que aprendia a ser oleiro.

Foi por isso que, quando começava a fazer-se adulto, não conseguiu fechar a porta à única olaria da ilha da Terceira.

Na Olaria São Bento continuou-se a praticar a arte tradicional, a que nos dá os alguidares que temperam a alcatra, mas também se apostou na modernidade – o que significa, em grande parte, vidrar as peças. “Lembro-me de ter cá



estado um senhor, formado em vidrados, conhecedor das olarias portuguesas, e de ele me ter dito que ou eu começava a vidrar as peças ou fechava a porta. Isso já estava a acontecer no continente.

Nessa altura experimentámos e funcionou muito bem”, explicou Ricardo Simas.

As mudanças implicaram uma atualização dos equipamentos. No início dos anos 2000, concorreu

com um projeto a uma das medidas do LEADER +, através da GRATER, para adquirir um forno elétrico para a cozedura das peças, maquinaria para amassar barro e uma roda. O investimento elegível foi de 21.143,64 euros, o que correspondeu a uma despesa pública de 10.282,71 euros.

Foi o ponto de viragem na Olaria São Bento: com os investimentos que conseguiu levar avante, a atividade tornou-se muito mais eficiente.

O movimento cresceu no número 91 do Salto, com cada vez mais visitantes interessados em levar consigo os trabalhos de assinatura única, do último oleiro tradicional dos Açores.

### CASA DO POVO DE SANTA BÁRBARA

## Riscos saudáveis

E se a inclusão fosse também uma aventura? A Casa do Povo de Santa Bárbara lançou um projeto inspirado nessa ideia, o “100 Risco”, dirigido a adolescentes de toda a ilha, com especial atenção à zona oeste da Terceira, das Cinco Ribeiras à Serreta.

A aposta recaiu sobre a educação não formal. “Ensinamos conceitos de cidadania, ambiente, psicomotricidade e isto é feito ao ar livre, através de um conjunto de atividades ocupacionais e do desporto de aventura, como o rapel, a escalada, o campismo, o BTT, a canoa-gem... Chamamos-lhes atividades de risco saudável e pretendemos mostrar às crianças e aos jovens que há riscos que podem correr

e que não lhes causam danos pessoais, sociais e de desenvolvimento”, explicou já Durval Santos, presidente da Casa do Povo.

O projeto, que disponibilizou também aos jovens vantagens como estudo acompanhado, foi apoiado pelo PRORURAL +, através da GRATER.

Do montante de investimento proposto — 27.881,88 euros — considerou-se elegível o valor de 22.814,62 €, participado a 100% pelo LEADER e pelo Orçamento da Região Autónoma dos Açores, dado tratar-se de uma iniciativa de cariz marcadamente social.

Foi adquirido equipamento reconhecido e homologado, em lojas



da especialidade, para montanhismo, campismo e paintball. Somaram-se bicicletas, kayaks, arcos e flechas, carabinas, insufláveis e uma cadeira adaptada para trilhos — destinada a pessoas com mobilidade reduzida.

Os resultados foram claros, assegurou Durval Santos: “Conseguimos ajudá-los a ultrapassar medos e dependências, não só de

substâncias lícitas e ilícitas, mas também uma que hoje é muito clara – a dependência digital, dos telemóveis. Vemos que estes miúdos têm dificuldades na marcha, na destreza física e na comunicação e nós conseguimos fazer com que ultrapassem isso, ao mesmo tempo em que aprendem valores como a igualdade, a tolerância, a cooperação, a partilha”.

# NOTÍCIAS

LIDERADO PELO EURODEPUTADO AÇORIANO ANDRÉ FRANQUEIRA RODRIGUES

## Relatório sobre simplificação da PAC aprovado na Comissão de Agricultura

Eurodeputado afirma que relatório assegura POSEI sólido e com mecanismos de reforço orçamental. Apoios a pequenos agricultores podem subir.

A Comissão de Agricultura do Parlamento Europeu aprovou um relatório sobre a simplificação da PAC (Política Agrícola Comum), que propõe o aumento dos tetos máximos para os apoios aos pequenos agricultores.

O relatório liderado pelo eurodeputado açoriano André Franqueira Rodrigues (PS) foi aprovado em 24 de setembro, com 38 votos a favor, oito contra e duas abstenções.

O eurodeputado defende que a proposta protege as regiões ultraperiféricas (RUP) como os Açores e “reduz a burocracia, assegura maior previsibilidade e permite que os apoios cheguem de forma mais eficaz aos agricultores que deles dependem”.

“Cumprimos aquilo que dissemos: a PAC não pode ser um labirinto de regras que afasta os agricultores. Tem de ser um instrumento de justiça social, de



coesão territorial e de estabilidade para quem produz e trabalha no campo”, acrescentou, em comunicado.

O texto será votado no Parlamento Europeu este mês, seguindo-se a negociação com o Conselho.

Em causa estão medidas como o apoio anual aos pequenos agricultores até 5.000 euros, duplicando o valor sugerido pela Comissão Europeia. Também é proposto um pagamento único até 75.000

euros para o desenvolvimento empresarial.

“Para as regiões ultraperiféricas, o POSEI é vital. O relatório que conseguimos aprovar assegura que este programa não só se mantém sólido, como passa a dispor de mecanismos de reforço orçamental, com possibilidade de transferências adicionais. Em diálogo e articulação com diferentes autoridades e entidades representativas, fiz questão de garantir

que a agricultura insular não ficava esquecida”, adicionou o parlamentar europeu.

A Política Agrícola Comum é considerada uma das políticas fundadoras da União Europeia. Foi concebida para apoiar o rendimento dos agricultores, assegurar o abastecimento alimentar a preços acessíveis para os consumidores, proteger o ambiente, combater as alterações climáticas e promover o desenvolvimento das zonas rurais.

### SERVIÇO MARINHO COPERNICUS DO PROGRAMA ESPACIAL DA UNIÃO EUROPEIA

## Relatório europeu mostra oceanos sob ameaça

A nona edição do Relatório sobre o Estado do Oceano Copernicus, publicado pelo Serviço Marinho Copernicus do Programa Espacial da União Europeia, revela que todas as partes do oceano se encontram atualmente sob ameaça, devido às alterações climáticas, à perda de biodiversidade e à poluição.

No final de setembro, a Comissão Europeia destacou a publicação deste relatório anual, que analisa as mudanças nos oceanos que afetam os ecossistemas, a produ-

ção alimentar, as economias, as comunidades humanas e a regulação dos climas regionais e globais.

O estudo demonstra que as águas dos oceanos estão a aquecer de forma sem precedentes. Na primavera de 2024, foi registado um novo recorde, com a temperatura média global da superfície do mar a atingir os 21 °C. As águas mais quentes facilitam a propagação de espécies invasoras.

Por outro lado, a subida do nível médio do mar foi de 228 mm en-

tre 1901 e 2024, “ameaçando cerca de 200 milhões de europeus que vivem ao longo das costas e colocando em risco muitos locais costeiros classificados como Património Mundial da UNESCO”, segundo a Comissão.

Ao mesmo tempo, o gelo marinho do Ártico registou quatro mínimos históricos entre dezembro de 2024 e março de 2025, com a área perdida equivalente a quase o dobro do território de Portugal.

“As conclusões do Relatório so-

bre o Estado do Oceano são um lembrete alarmante dos desafios urgentes que enfrentam os nossos oceanos. Ao mesmo tempo, como europeu, sinto-me tranquilizado pelo papel de liderança da Europa na observação e previsão de diferentes parâmetros do estado do oceano através do sistema único de observação da Terra Copernicus, propriedade da União, e dos seus serviços, em particular o serviço marinho”, afirmou o Comissário para a Defesa e o Espaço, Andrius Kubilius.

# NOTÍCIAS

## DADOS DA SECRETARIA REGIONAL DA AGRICULTURA E ALIMENTAÇÃO

### Agricultura biológica cresce na Região

A área total, em produção e conversão, dedicada à agricultura biológica nos Açores aumentou nos últimos cinco anos, passando de 1.277,57 hectares em 2020 para 5.896,87 hectares este ano. O crescimento representa mais 4.619,3 hectares e 57 novos produtores certificados, totalizando agora 216.

Os números foram divulgados pela secretaria regional da Agricultura e Alimentação, no Dia Mundial da Agricultura Biológica, celebrado a 23 de setembro.

Segundo o secretário regional da Agricultura, António Ventura, o avanço “traduz o esforço e a confiança dos agricultores açorianos” e reflete “a eficácia das políticas públicas” que incentivam este modo de produção, especialmente nas culturas hortícolas e frutícolas.

O governante sublinhou o compromisso com o desenvolvimento da agricultura biológica, considerada estratégica “para a sustentabilidade agrícola, a valorização do território e a redução da dependência externa”



# CURIOSIDADES

## do mundo rural

### O cão terceirense

Fiel e inteligente, o Barbado da Terceira é uma raça reconhecida a nível nacional desde 2004. Agora, prepara-se para obter o reconhecimento da Federação Internacional de Canicultura, num processo que apela a toda a comunidade açoriana e não só.

O percurso deste cão começa há centenas de anos. Pensa-se que terá evoluído a partir dos cães trazidos pelos povoadores no século XV, utilizados para conduzir o gado. Hoje, existem agricultores que ainda os usam para essa função, mas as características da raça conquistaram os donos de animais domésticos em todo o país e fora dele.

A base de dados da raça conta com cerca de 1.700 animais, mais de cinco centenas localizados em Portugal continental. O Barbado da Terceira chegou também a países como França, Holanda e Reino Unido. Nos Estados Unidos, o carinho por estes companheiros de quatro patas motivou até a criação de um clube.

Paula Lima Braga, secretária técnica da raça, já explicou que o



objetivo passa agora por aumentar o número de cães registados na base de dados, para avançar com o reconhecimento internacional. Para isso, será adotada uma lógica de proximidade, com concentrações nas freguesias para facilitar novos registos. Também

é feita uma chamada de atenção aos donos destes cães no resto do país e no estrangeiro para que se juntem à iniciativa. O primeiro passo é contactar a Associação do Cão Barbado da Ilha Terceira.

Todo o trabalho genético no âmbito do processo estará, depois, a

cargo do Centro de Biotecnologia da Universidade dos Açores.

A internacionalização abre novas portas à comercialização e à participação em concursos e outros eventos. Sempre que o Barbado marcar presença, estará ali um pouco da história da ilha.